

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Nº 019/2007**

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E
EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. –
EPAGRI E A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO
HORIZONTE OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS DE Assistência Técnica e Extensão Rural, DE
CONFORMIDADE COM A LEI 8.666, DE 21 DE JUNHO DE
1993, E ALTERAÇÕES SUPERVENIENTES ÀS
LICITAÇÕES PÚBLICAS.**

A **Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. – Epagri**, empresa pública, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural, com personalidade jurídica de direito privado, sob a forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do Art. 152 da Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, inscrita no CGC/MF sob o nº 83.052.191/0004-05, e Inscrição Estadual nº 250.556.782 doravante denominada simplesmente **Epagri** com sede na Rodovia Admar Gonzaga 1347 – Itacorubi, em Florianópolis/SC, neste ato representada em consonância com o “Caput” do Art. 37, inciso I”, do Estatuto Social da Epagri, por seu Presidente, **Murilo Xavier Flores**, inscrito no CPF sob o nº 240.015.461.-91 e portador da Carteira de Identidade nº 435.223.SSP/DF e por seu Diretor **Valmor Luiz Dall’ Agnol**, inscrito no CPF sob o nº 065.603.009-78 e portador da Carteira de Identidade nº 151.563 SSP/SC e a **Prefeitura Municipal de NOVO HORIZONTE**, inscrita no CGC/MF sob o nº 95.990.115/0001-87, com sede na Rua José Fabro, s/nº, CEP 89.998-000, doravante denominada simplesmente **MUNICÍPIO**, neste ato representado por seu prefeito municipal em exercício, **Sr. Valdocir Gregório Bottega**, inscrito no CPF sob o nº 532.736.219-15, e portador da Carteira de Identidade nº 4.494.371, de conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública, resolvem de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços, cumprindo as seguintes cláusulas e condições :

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL E ORIGEM

O presente instrumento está fundamentado na Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento de contrato tem como objetivo a prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela Epagri S.A. para o Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES da Epagri

São obrigações da Epagri:

1. franquear pessoal técnico especializado em assessoramento para elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural (PMDR);
2. franquear as instalações físicas necessárias para a execução dos trabalhos nos Centros de Treinamento e Estações Experimentais;
3. disponibilizar material técnico e de apoio necessários à prestação dos serviços previstos no PMDR;
4. fornecer cursos de capacitação técnica aos profissionais que atuam no MUNICÍPIO;
5. orientar e assessorar na prestação dos trabalhos referentes ao PMDR no MUNICÍPIO;
6. implementar os trabalhos de interesse do MUNICÍPIO e os que lhe couberem no PMDR;
7. participar de reuniões quando solicitadas pelo MUNICÍPIO.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

São obrigações do MUNICÍPIO:

1. repassar para Epagri o valor ajustado na conformidade da Cláusula Quinta, referente a prestação dos serviços objeto do presente instrumento de contrato,
2. permitir o acesso dos técnicos da Epagri às áreas e locais onde serão prestados os serviços;
3. promover a participação dos seus técnicos nos cursos ministrados pela Epagri;
4. disponibilizar recursos humanos e materiais necessários à prestação dos serviços, objeto do presente Contrato;
5. supervisionar e acompanhar a prestação dos serviços, e
6. proceder a avaliação dos serviços prestados e emitir relatório com os resultados obtidos.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DOS SERVIÇOS

Para execução dos serviços, o prazo de vigência terá início na data de publicação do presente instrumento e término em 31/12/2007, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão na Lei Municipal e aplicação do disposto do artigo 57 e incisos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas

alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO

O MUNICÍPIO pagará para a **Epagri** pelos serviços prestados de Assistência Técnica e Extensão Rural o valor total de R\$ 11.500,00 (Onze mil e quinhentos reais), pagos em 10 (dez) parcelas iguais e sucessivas de R\$ 1.150,00 (Hum mil, cento e cinquenta reais) a serem pagas de março a dezembro de 2007.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA: o valor mensal acima mencionado, será automaticamente repassado à **Epagri**, à conta corrente nº 949.001-1, Agência Bancária nº 068 do Banco do Estado de Santa Catarina S/A – BESC, mediante emissão de respectiva Nota Fiscal.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA: Os recursos mencionados neste instrumento destinam-se a financiar a execução das ações e serviços a serem executados.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS CONTRATUAIS

As despesas decorrentes das obrigações trabalhistas relativas a prestação dos serviços do objeto aqui ajustado, correrão por conta da **Epagri**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES CONTRATUAIS

É de responsabilidade do Município efetuar a retenção de todo e qualquer imposto, seja federal, estadual ou municipal, quem incidem ou venham a incidir sobre a prestação de serviços, objeto do presente instrumento, tais como: IRF e ISS.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Nenhuma alteração contratual será efetuada sem a autorização das partes, cabendo modificar, adicionar, retificar ou excluir termos deste instrumento, desde que em consonância com os objetivos estabelecidos, e feito por termo aditivo competente e de conformidade com a legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito com prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência, ou por qualquer das partes caso ocorra descumprimento de cláusula ou condição na execução do presente contrato, cabendo multa pela parte que der motivo o equivalente a 1 (uma) parcela do valor contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO E PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis, independente de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Contrato. A publicação resumida do presente instrumento na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, caberá a Prefeitura Municipal, sendo realizada de conformidade com o que disciplina o art.61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93.

E, por estarem de acordo, assinam este instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Novo Horizonte, 31 de janeiro de 2007.

Murilo Xavier Flores
Presidente

Valmor Luiz Dall' Agnol
Diretor

Valdocir Gregório Bottega
Prefeito Municipal em exercício

Testemunhas :

1. Osvaldino Estevão Scapini
CPF : 220.075.639/91

2. Magda A. Lorenzzon Lazon
CPF : 647.129.079-91